5

Palácio da Inconfidência: 50 anos de história

DOI: https://doi.org/10.29327/264759.24.41-4

Valentina Gomes Somarriba[1]

Marcus Vinícius D´Lazzari da Silveira[2]

Resumo: O Palácio da Inconfidência, sede da Assembleia Legislativa do Estado de Minas (ALMG), fará 50 anos em 2022. Desde sua criação, em 1835, até 1972, ano da inauguração do Palácio, o Poder Legislativo mineiro ocupou vários espaços improvisados e emprestados, o que levou ao debate recorrente entre os parlamentares sobre a necessidade de aquisição/construção de uma sede própria. Nos anos 1960, finalmente, foi adquirido um terreno no Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, para construção da nova sede, e realizado um concurso arquitetônico para escolha do projeto. O Palácio da Inconfidência foi projetado já com a intenção de aproximar o Parlamento da sociedade, e essa aproximação foi intensificada a partir do final dos anos 1980, com a criação de novos mecanismos de interlocução com a sociedade e participação política. Em 2009, o Palácio foi tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, em reconhecimento ao seu valor histórico e arquitetônico. Também foram tombados seus bens móveis e integrados.

Palavras-chave: Palácio da Inconfidência. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Sedes do Poder Legislativo de Minas Gerais.

1 Doutora em Ciências Humanas: Sociologia e Política e mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Historiadora na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG). Currículo: http://lattes.cnpq.br/3061881292528548. Contato: valentina.somarriba@almg.gov.br.

2 Graduando em Museologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estagiário da Gerência de Memória Institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG). Contato: marcus.silveira@almg.gov.br.

Abstract: *The Palácio da Inconfidência, seat of Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), will be 50 years old in 2022. From its creation, in 1835, until 1972, when Palácio da Inconfidência was inaugurated, the Minas Gerais legislative power occupied several improvised and borrowed spaces, which led to recurrent debate among parliamentarians on the need to acquire/build their own headquarters. In the 1960s, land was finally acquired in Santo Agostinho neighborhood, Belo Horizonte, for the construction of the new headquarters, and an architectural competition was held to choose the project. The Palácio da Inconfidência was designed with the intention of bringing the Parliament closer to society, and this approximation was intensified from the end of the 1980s, with the creation of new mechanisms for dialogue with society and political participation. In 2009, the Palace was listed by the Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, in recognition of its historical and architectural value. Its movable and integrated assets were also listed.*

Keywords: *Palácio da Inconfidência. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Seats of Minas Gerais legislative power.*

1 – Introdução

A história do Legislativo mineiro se iniciou com o Ato Adicional à Constituição, de 1834, que substituiu os antigos conselhos gerais pelas assembleias legislativas provinciais (BRASIL. Presidência da República). A Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais foi instalada em 31 de janeiro de 1835 e funcionou durante 54 anos, até a promulgação da República. Em 1891, foi instalado o Congresso Mineiro, bicameral, formado por Câmara dos Deputados e Senado. O Congresso atuou durante toda a Primeira República, até 1930, quando o Senado estadual foi extinto e as casas legislativas fechadas em todo o País. Em 1947, com o retorno à ordem democrática, foi aberta a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que funciona ininterruptamente desde então. Nesses 186 anos de história, o Legislativo mineiro teve várias sedes, primeiro em Ouro Preto e, depois, em Belo Horizonte, mudando constantemente de lugar para espaços emprestados, improvisados e, muitas vezes, inadequados às necessidades dos trabalhos legislativos. Desde o final do século XIX, quando a capital do Estado ainda era Ouro Preto, a urgência da aquisição

de uma sede adequada ao Parlamento era defendida pelos parlamentares. Esse problema acabou não sendo resolvido com a mudança da capital para Belo Horizonte, e as constantes mudanças de endereço continuaram. Somente em 1972, a Assembleia de Minas veio a ter sua sede própria, planejada desde sua concepção para abrigar de forma adequada a Casa Legislativa do Estado. O Palácio da Inconfidência foi projetado, nesse sentido, para ser: a casa onde se elaboram as leis; um edifício de caráter próprio, que se destaca por sua dignidade e simplicidade; a expressão das tradições democráticas de Minas Gerais; um prédio que enfatiza o Plenário, fim e razão de ser de todo o conjunto; um edifício destinado a perdurar (CONCURSO..., 1963).

Em 2009, o prédio foi tombado para preservação de seu valor histórico e arquitetônico, e, em 2022, completa 50 anos de existência. Este artigo tem o objetivo de ajudar a contar um pouco de sua história. Ao final do texto, incluímos um apêndice contendo uma cronologia com fotos das sedes do Legislativo mineiro, desde 1835 até os dias atuais.

2 – As antigas sedes do Parlamento mineiro

A Assembleia Provincial funcionou, primeiramente, no Palácio dos Governadores, atual Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, na Praça Tiradentes (então chamada Praça da Independência). Como mostra o jornal *O Universal*, que circulava em Ouro Preto na época, o tema da sede do Parlamento logo começou a ser debatido pelos deputados. Em 1838, o deputado Padre Marinho acusou o presidente da província de Minas Gerais de querer tirar a Assembleia do Palácio dos Governadores, ao que o deputado Pedro Dias de Carvalho respondeu afirmando ter sido ele quem, em 1837, enviou ao governo um requerimento solicitando a compra de uma casa própria destinada à Assembleia para "maior comodidade". De fato, existe um registro da compra de uma casa de pedra na Praça da Independência para servir de Paço da Assembleia, datado de 25 de junho de 1855. A localização do imóvel parece ser onde atualmente funciona o prédio

do Centro Acadêmico da Escola de Minas (Caem) (OLIVEIRA, 2018). Em 1855, o viajante Richard Burton registrou:

> Visitamos ... o Paço da Assembleia Legislativa Provincial, a nordeste da praça. O salão é grande e bem conservado, com poltronas para o presidente e os dois secretários, de frente do habitual semicírculo dos assentos dos deputados; as acomodações para o público são muito limitadas, precaução aconselhável, onde as discussões costumam provocar excitação. Ao sul do Paço, fica um prédio modesto, a Câmara Municipal (BURTON, *apud* OLIVEIRA, 2018, p. 124).

Também há relatos que apontam para o funcionamento da instituição, no final do século XIX, na Rua Costa Sena, onde até recentemente funcionou a Escola de Farmácia e onde hoje está instalado o Museu da Farmácia (OLIVEIRA, 2018).

Com o advento da República, o Parlamento mineiro tornou-se bicameral, formado por Câmara dos Deputados e Senado mineiro. Em 7 de abril de 1891 – ainda em Ouro Preto, que continuava a ser a capital do Estado –, o Congresso Mineiro instalou-se no salão do casarão que, dois anos depois, viria a abrigar a Escola de Farmácia. O salão ficava na ala direita do prédio (que, na época, contava com apenas um pavimento) e não era muito grande, mas foi uma solução de emergência para o funcionamento do Parlamento estadual (SILVEIRA NETO, 1978). Lá foi promulgada a primeira Constituição republicana de Minas Gerais, em 15 de junho de 1891.

A Constituição Mineira fixou a transferência da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para outra localidade, mas, devido à falta de consenso entre os parlamentares, o local não foi determinado. Enquanto a nova capital não era definida, o Senado ia mudando de lugar em Ouro Preto: ainda em 1891, passou a funcionar na câmara municipal, na Praça Tiradentes, e, posteriormente, instalou-se logo acima, na mesma rua, no casarão em que havia funcionado a Assembleia provincial (onde atualmente fica o Caem) (SILVEIRA NETO, 1978). Nesse cenário, mesmo com a mudança da capital já definida, o Senado estadual propôs um projeto que destinava verba para aquisição ou construção

de um prédio destinado ao seu próprio paço, em Ouro Preto. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados estadual. O deputado Camillo Prates afirmou o seguinte, em discurso na Câmara, em 2 de abril de 1892:

> Ninguem ignora as difficuldades com que tem luctado o senado para funccionar regularmente, por falta de edificio... tem funccionado sempre em pequenas salas, ora da casa da camara dos deputados, ora da casa da camara municipal, salas sem as accommodações precisas, para uma corporação dessa ordem, sem certa decencia mesmo... para que suas decisões sejam acatadas e respeitadas (MINAS GERAES, 1892, p. 680).[3]

Nos meses de novembro e dezembro de 1893, o Congresso Mineiro reuniu-se extraordinariamente em Barbacena, no prédio central da Escola Normal Municipal, para discutir em Plenário o tema da mudança da capital (SILVEIRA NETO, 1978). Os debates parlamentares em torno do assunto vinham tornando-se cada vez mais acirrados. Mesmo com a mudança já prevista na Constituição, os parlamentares antimudancistas continuavam a defender a permanência da capital em Ouro Preto. Os ânimos se acirraram a tal ponto que os parlamentares mudancistas não se sentiam seguros para decidir sobre a questão em Ouro Preto, onde a população era majoritariamente contrária à mudança e andava com os ânimos exaltados. Por isso, decidiu-se que o Congresso Mineiro funcionaria em Barbacena temporariamente, até a questão ser resolvida (FARIA; DULCI, 2005).

Belo Horizonte, antigo Curral del-Rei, foi a cidade escolhida pelos parlamentares, vencendo Várzea do Marçal (atual São João del-Rei) por diferença de apenas dois votos. Em 17 de dezembro de 1893, a Lei nº 3 foi adicionada à Constituição Estadual, determinando que a nova capital fosse erguida no prazo máximo de quatro anos. A inauguração de Belo Horizonte deu-se em 12 de

3 Embora o projeto tenha sido aprovado em 21 de março de 1892 (MINAS GERAES, 1892. p. 22), não sabemos se chegou a ser implementado e não encontramos informações sobre onde o Senado funcionou em Ouro Preto desde essa data até a mudança para Belo Horizonte.

dezembro de 1897, porém sua construção não estava finalizada, e havia obras em andamento por toda parte.

Um dos espaços públicos previstos para a nova capital era o Palácio do Congresso, mas essa ideia não foi adiante.

> Foi, pois, em meio a uma cidade que ainda se construía que a Câmara dos Deputados instalou-se provisoriamente numa edificação construída pela Comissão Construtora em 1895... O prédio situava-se na avenida Afonso Pena, entre as ruas da Bahia e Tupis (FARIA; DULCI, 2005, p. 87).

A Câmara funcionou nesse local – onde, nos anos 1970, seria construído o Othon Palace Hotel – até 1905.

Já o Senado começou a funcionar em 1898 num dos salões da Secretaria da Agricultura, posteriormente Secretaria de Viação e Obras Públicas – o "prédio verde" que atualmente integra o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade.

> Foi uma fase difícil de transição, pois alguns senadores residiam em Ouro Preto e outros em cidades do interior do Estado; por isso, nas primeiras sessões, geralmente não havia quórum (SILVEIRA NETO, 1978, p. 87).

Tal como ocorreu em Ouro Preto, o Senado mudou constantemente de lugar em Belo Horizonte. Da Secretaria da Agricultura foi para a confluência das Ruas da Bahia e Tupis com Avenida Afonso Pena, onde já funcionava a Câmara. E de lá para um palacete de linhas sóbrias construído na Avenida João Pinheiro, que posteriormente passaria a abrigar a Pagadoria do Estado, e onde atualmente se localiza o Museu Mineiro (SILVEIRA NETO, 1978). Algum tempo depois, foi transferido para um suntuoso casarão da então Praça da República – atual Praça Afonso Arinos –, projetado para ser uma das escolas da nova capital e cujas obras foram concluídas em 1897.

Em 1905, o prédio da Afonso Arinos passou por obras de adaptação para que nele se instalasse também a Câmara dos Deputados e, assim, o Senado e a Câmara pudessem se reunir

no mesmo local. O Congresso Mineiro ocupou esse espaço até 1930, quando Getúlio Vargas fechou as casas legislativas do País e extinguiu o Senado estadual. Reabertos entre 1935 e 1937, a Câmara e o Senado de Minas funcionaram no mesmo edifício da Praça Afonso Arinos.

O Parlamento mineiro, novamente unicameral, e já com o nome de Assembleia Legislativa, retomou suas atividades em 1947 em um novo local, um prédio em estilo *art déco* de dois andares na Rua dos Tamoios, entre as Ruas Rio de Janeiro e São Paulo, onde os deputados se reuniam seis meses por ano. Esse prédio, sede da Casa D´Itália (Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro) de 1934 a 1947, hoje não existe mais, pois foi demolido.

Em 1954, a Assembleia voltou a ocupar o casarão da Praça Afonso Arinos. Nessa época, já permanecia aberta e em funcionamento por quase todo o ano e havia se tornado palco de intensas disputas partidárias e de forte oposição aos governos estaduais. Sua estrutura física, todavia, não correspondia a essa efervescência política:

> Havia o Plenário, algumas salas adjacentes e poucos funcionários... Os deputados não dispunham de gabinetes, trabalhavam em suas casas e à tarde iam para as sessões. Não havia assessoria ou suporte técnico (DULCI, 2012, p. 18).

O velho edifício já não comportava os 72 deputados, e sua estrutura física dificultava a modernização dos serviços da Casa. A pauta das matérias em discussão era cada vez mais complexa e exigia o apoio de assessores e especialistas (FARIA; DULCI, 2005, p. 192).

Na noite de 16 de setembro de 1959, o casarão foi consumido por um incêndio, provavelmente provocado por um curto-circuito. Devido à estrutura de madeira, o fogo se alastrou rapidamente e, em pouco tempo, o telhado desabou. As chamas consumiram quase tudo que havia dentro, como o Plenário, as galerias, as salas da Maioria e da Minoria, a sala das comissões,

os arquivos particulares dos deputados, a contabilidade, o serviço de pessoal, grande parte da biblioteca e praticamente todo o mobiliário (FARIA; DULCI, 2005).

Após o incêndio, a Assembleia voltou em caráter provisório para o espaço que já havia ocupado na Rua dos Tamoios.

> Pretendia-se que a Assembleia permanecesse neste local provisoriamente. Já há muito tempo, desejava-se edificar uma sede própria para a Assembleia que... vinha ocupando espaços físicos emprestados (BELO HORIZONTE, 2008).

Aquele edifício não tinha instalações adequadas às necessidades do Parlamento. Possuía diversos serviços espalhados em anexos, fora do edifício principal, e não propiciava à população a desejável facilidade de contatos com os seus representantes (ENTRADA..., 1972).

> Na virada para a década de 1960, a necessidade de uma nova sede tornava-se premente, devido ao desconforto e à inadequação do prédio da Rua Tamoios (BELO HORIZONTE, 2008, p. 3).

Fazia-se urgente, então, a construção de uma sede própria e definitiva, algo a que os parlamentares mineiros aspiravam há tempos.

3 – Do concurso arquitetônico à inauguração da nova sede

O primeiro passo para a construção de uma sede própria do Legislativo mineiro em Belo Horizonte foi dado em 1961, quando o então governador de Minas, Magalhães Pinto, adquiriu, em sistema de permuta com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), um terreno de cerca de 9.600 m^2 no Bairro Santo Agostinho. Esse terreno, a princípio, seria destinado à construção da Cidade Universitária, mas foi considerado pequeno para acomodar a universidade e acabou servindo para a construção do prédio da Assembleia (BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura, 2008).

No ano seguinte, foi promovido um concurso de projetos arquitetônicos para a construção da nova sede do Parlamento no terreno adquirido. O júri, formado por dois renomados professores da Escola de Arquitetura da UFMG – Shakespeare Gomes e Sylvio de Vasconcellos – e por três arquitetos de fora do Estado – Oswaldo Corrêa Gonçalves, Marcos Konder Neto e Edgar Graeff –, considerou, todavia, que os projetos apresentados não alcançaram nível que recomendasse sua transformação em obra construída, posto que a complexidade do programa e a grandiosidade do tema, segundo eles, não encontravam correspondência no terreno definido para a obra. Ou seja, o terreno adquirido para a construção da sede do Parlamento mineiro seria pequeno, de acordo com os jurados. O concurso acabou sendo anulado, o que desagradou aos inscritos e levou a um intenso debate acadêmico entre profissionais renomados da arquitetura (SOBREIRA; LEDIS; MARTINS, 2018).

Em 1963, foi realizado um novo concurso, com 29 trabalhos concorrentes, cuja comissão julgadora foi composta pelos arquitetos Vilanova Artigas, Francisco Bolonha e Mauro Gomes Batista. O projeto vencedor foi assinado por dois jovens arquitetos pouco conhecidos, Richard Kohn, diplomado pela Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro, e Pawel Martyn Liberman, nascido na Polônia, diplomado no Georgia Institute of Technology, nos Estados Unidos, e radicado em São Paulo (SOBREIRA; LEDIS; MARTINS, 2018).

O edifício, dotado de aspecto austero e com características notadamente funcionalistas, constitui uma manifestação do modernismo tardio presente na arquitetura urbana de Belo Horizonte nos anos 1960 e 1970 (BAHIA, 2012). Kohn e Liberman optaram por um prédio amplo, mas de poucos andares, que possibilitasse o deslocamento por escadas e evitasse, assim, as longas esperas pelos elevadores. Tiveram também a preocupação de construir uma sede que não afastasse as pessoas por ser pomposa, imponente. Além de baixo, o edifício é simples e discreto, constituído a partir do Plenário.

> O Plenário, sendo centro do edifício no sentido verbal, achamos que deveria sê-lo também no sentido formal. Daí nasceu a ideia de um prédio simétrico, com o plenário no meio... Em volta do elemento central localizamos grandes ambientes públicos, que constituem um espaço aberto, envolvente, permitindo ao plenário destacar-se visualmente sob todos os ângulos (CONCURSO..., 1963).

É interessante notar que, embora o prédio tenha sido pensado de dentro para fora, a partir do Plenário, ele também se integra com o exterior por meio de sua entrada principal, onde o Hall das Bandeiras se confunde com a movimentada Praça Carlos Chagas.[4]

> O acesso principal, ou seja, a entrada do Grande Hall, foi localizado do lado da Praça Carlos Chagas, onde situamos também a praça cívica para desfiles e bandeiras. Deixamos o Grande Hall totalmente aberto a fim de integrá-lo à praça, criando um acesso convidativo para o povo (CONCURSO..., 1963).

Iniciando-se em maio de 1964, a construção se desenvolveu em ritmo condicionado pelo fluxo de recursos. A fundação e a estrutura começaram a ser executadas por empreitada, mas chegou-se à conclusão posteriormente de que seria mais vantajoso a obra ser desenvolvida sob a administração direta da Comissão de Construção do Palácio da Inconfidência (Copal), com a coordenação dos funcionários Vinicius Marcos de Oliveira e Benedicto Júlio Valladares (ENTRADA..., 1972).

A construção demorou oito anos. As entradas do prédio foram assim divididas: entrada principal pelo Grande Hall (atual Hall das Bandeiras), entrada administrativa pela Rua Rodrigues Caldas, entrada dos deputados pela Rua Dias Adorno, entrada de serviço pela Rua Martim de Carvalho. O prédio foi dividido

4 Na planta original de Belo Horizonte, elaborada em 1895 pela comissão construtora da nova capital, o local onde atualmente situa-se a Praça Carlos Chagas encontrava-se previsto para receber a Praça da Federação. No entanto, essa praça nunca chegou a ser construída, e seu terreno permaneceu como um grande descampado durante muitos anos. Não se sabe o ano exato da criação da Praça Carlos Chagas, mas provavelmente foi na primeira metade da década de 1940 (BELO HORIZONTE, 2009).

em 2º subsolo, 1º subsolo, semienterrado, térreo, 1º e 2º andares (CONCURSO..., 1963). A nova sede foi inaugurada em 1º de março de 1972 e recebeu o nome de Palácio da Inconfidência, em alusão ao movimento contra o domínio português ocorrido em 1789 em Vila Rica, atual Ouro Preto.[5]

4 – Casa da Assembleia, casa do povo

Ao longo dos anos, o Palácio da Inconfidência (PI) passou por algumas reformas – foram, por exemplo, executadas intervenções em 1996 no térreo e no 2º andar, de acordo com projeto de autoria dos arquitetos Álvaro Hardy e Mariza Machado Coelho (BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura, 2008). A ocupação dos espaços dentro do edifício também passou por mudanças, com implementação de mais serviços e setores, inauguração de novos recintos, transformações na estrutura organizacional da Casa, reestruturação e criação de órgãos. Muitas das mudanças ocorridas no PI se relacionam à maior abertura do Legislativo estadual para a participação popular.

Essa abertura ocorreu sobretudo a partir do final dos anos 1980, quando as Constituições Federal e Estadual acolheram uma antiga demanda da população por maior participação na esfera pública. A Assembleia institucionalizou canais de interlocução social amplos e democráticos, que implicaram a abertura da participação a todos os movimentos sociais e entidades interessados em opinar e dar sua contribuição no processo de discussão e elaboração legislativa (OLIVEIRA, 2009).

Hoje em dia, o acesso do público ao PI se dá tanto pela entrada da Rua Rodrigues Caldas quanto pelo Hall das Bandeiras. Logo na entrada, no andar térreo, encontra-se o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC), criado nos anos 1990 para dar orientações e esclarecer dúvidas do visitante sobre assuntos

5 A escolha do nome alude ao imaginário construído em torno da Inconfidência Mineira, movimento que, inspirado nas experiências revolucionárias francesa e estadunidense, teria combatido o domínio da metrópole e defendido a transformação do Brasil em república, tendo Tiradentes como herói e mártir.

como atividades institucionais, tramitação de projetos e legislação. O CAC também recebe sugestões e denúncias, que são encaminhadas para análise das comissões permanentes, facilitando a interlocução da sociedade com o Poder Legislativo.[6]

Ainda no térreo, foi inaugurado, em 1992, o Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema. Esse espaço reúne o Teatro da Assembleia, a Galeria de Arte – onde, desde 2012, está instalado o mural *Da descoberta do Brasil ao ciclo mineiro do café*, da artista plástica Yara Tupynambá – e os Halls das Bandeiras e Principal, nomeados, em 2008, Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira (Edjao), em homenagem ao ex-ministro da Cultura e ex-embaixador mineiro. No Hall Principal, está localizada a Tribuna Popular, inaugurada em 1991 e voltada para manifestações da população. No Hall das Bandeiras, foi instalada uma escultura de ferro fundido do artista plástico Amilcar de Castro, em 1988, em comemoração do início dos trabalhos da IV Assembleia Constituinte Mineira. O Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira pode ser reservado por entidades e associações de classe para manifestações.

No térreo, estão também os gabinetes do presidente e do 1º secretário da Assembleia, o Salão Nobre (usado para recepcionar autoridades), a Sala de Imprensa (destinada ao atendimento de jornalistas), setores administrativos e as galerias do Plenário. Nas galerias, estão disponíveis 274 cadeiras para os cidadãos acompanharem os debates e a votação das matérias legislativas.

Imediatamente abaixo do térreo, encontra-se o pavimento semienterrado (SE), onde fica o Plenário – nomeado Juscelino Kubitschek em 1979 – e sua antessala. No SE, também ficam o Salão Vermelho (onde os deputados se reúnem) e o auditório, além da capela e da Biblioteca Deputado Camilo Prates, abertas ao público. Nesse andar, localizam-se ainda alguns gabinetes parlamentares, que constituem um importante canal de relacio-

6 Todas as informações sobre os espaços e serviços existentes no PI e nos prédios anexos da Assembleia constam no Portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no seguinte endereço: https://www.almg.gov.br/a_assembleia/tour_virtual/index.html.

namento do Legislativo estadual com o cidadão. É nos gabinetes que os deputados recebem comunidades, lideranças e autoridades, e aonde chegam boa parte das demandas da população. Por fim, o SE abriga os quatro Plenarinhos, onde ocorrem as reuniões das comissões – a maioria delas abertas ao público.

No 1º andar, localizam-se mais gabinetes parlamentares e a Diretoria-Geral, responsável pelas decisões administrativas da Casa. No 2º andar, ficam a maioria dos gabinetes, a TV e a Rádio Assembleia. A Rádio produz e distribui a centenas de emissoras do Estado conteúdo jornalístico e informativo institucional sobre o trabalho parlamentar, sem vínculo partidário ou político. A TV Assembleia, criada em 1995, foi pioneira no País e mantém-se 24 horas no ar, com cobertura ao vivo das reuniões de Plenário e comissões, além de noticiários, debates e mesas-redondas. Rádio e TV facilitam o direito do cidadão de acompanhar as atividades da ALMG.[7]

A nova sede do Legislativo mineiro constituiu-se, assim, um espaço com forte presença e circulação de pessoas interessadas em conhecer, acompanhar e debater os assuntos tratados na Casa. O PI acabou tornando-se palco de grandes debates políticos e manifestações populares, integrando um cenário movimentado, aberto e participativo, inserido no cotidiano da cidade, tanto pelos seus espaços internos quanto pela crescente integração com o seu exterior. As mudanças pelas quais a Assembleia passou, e que se refletiram fisicamente em sua sede, favoreceram a participação popular, o exercício da cidadania e a integração entre Legislativo e sociedade em termos políticos, culturais e artísticos (OLIVEIRA, 2009).

7 A despeito de seu tamanho, não demorou muito tempo para que os espaços físicos do PI ficassem saturados. Em 1990, foi inaugurado seu primeiro anexo, o Edifício Tiradentes, onde se reúnem áreas administrativas e gabinetes parlamentares. Nesse prédio, está instalado o Memorial do Legislativo Mineiro, centro de referência e de comunicação do legado político constituído no âmbito do Parlamento de Minas, inaugurado em 2013. No Edifício Carlos Drummond de Andrade, funcionam o Centro de Apoio às Câmaras (Ceac) e o Procon Assembleia. Outro anexo é o prédio da Escola do Legislativo, na Avenida Olegário Maciel. A Escola foi criada em 1992, com o objetivo de promover ações de capacitação e atualização de deputados e servidores da Assembleia de Minas.

5 – Tombamento e preservação

O tombamento é um dos dispositivos legais de que o poder público dispõe para preservar a memória. É um ato administrativo que tem por finalidade proteger bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. O tombamento significa o reconhecimento oficial do valor e do significado de um bem. A preservação somente se torna visível para todos quando esse bem se encontra em bom estado de conservação, propiciando sua plena utilização (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan).

Para que o PI constitua lugar público a ser vivenciado plenamente pela população, é essencial que seja devidamente preservado como patrimônio. Com esse intuito de preservação, foram tombados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, em 2009, o prédio e seus bens móveis – mobiliário – e bens integrados – vitrais da capela, escultura de Amilcar de Castro, painel de madeira na sala do presidente da Casa e um exemplar da árvore pau-brasil. O tombamento implica o reconhecimento do valor histórico da edificação que abriga o Parlamento mineiro, a preservação de uma importante construção da segunda metade do século XX e a celebração de sua arquitetura, seu mobiliário e suas obras de arte.

O mobiliário do PI constitui um importante registro da história do *design* brasileiro, e seu tombamento – o primeiro do tipo realizado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – foi uma forma de valorizar o trabalho de *designers* renomados. O tombamento objetivou preservar o mobiliário sem, no entanto, isolá-lo. Os objetos têm tido sua integridade garantida, mas continuam sendo usados para os fins a que foram destinados.

O mobiliário tombado do Palácio da Inconfidência consiste em mesas e cadeiras, sofás e poltronas, bancos, luminárias e lustre, de *designers* renomados como Sérgio Rodrigues, Vico Magistretti, Jorge Zalszupin, Charles Eames e George Nelson.

Foi tombado o mobiliário do Salão Vermelho e de seu *hall*, do Plenário e de seu *hall* e do Salão Nobre. No *hall* de acesso ao Plenário e no Salão Vermelho e em seu *hall*, foram contemplados as mesas e os bancos Eleh, os sofás Navona, as poltronas Mole e a mesa de centro Alex, do famoso *designer* Sérgio Rodrigues. A poltrona Mole constitui um dos exemplares mais importantes do *design* brasileiro de mobiliário e integra a coleção do Museu de Arte Moderna de Nova York.

Do arquiteto polonês radicado em São Paulo Jorge Zalszupin, foram tombadas as mesas de apoio e de centro Del Rey/Chanceler, a mesa de apoio L´Atelier e as mesas e cadeiras de reunião, do Salão Nobre e do Salão Vermelho. Um sofá e uma poltrona Maralunga, ícones do *design* italiano criados nos anos 1970 pelo arquiteto e *designer* Vico Magistretti, também foram contemplados, assim como as cadeiras de braço dos deputados, localizadas no Plenário, de autoria dos fundadores do *design* modernista estadunidense Charles Eames e George Nelson. Do *designer* italiano de lustres e objetos de cristal sofisticados Enrico Dominici, radicado em São Paulo, foram tombadas as luminárias do Plenário e de suas galerias e o imenso lustre do Salão Nobre.

Peças que não foram projetadas por *designers* famosos também tiveram seu valor reconhecido e foram incluídas no tombamento, como as cadeiras de braço das galerias do Plenário, as mesas de votação dos deputados (localizadas no Plenário), os vitrais da capela e o painel decorativo em madeira da sala do presidente da Assembleia.

Entre as obras de arte, foram tombadas a escultura de Amilcar de Castro e, posteriormente, em 2010, o mural de Yara Tupynambá. A escultura de chapa de ferro dobrada e em forma circular, vazada no centro por um triângulo equilátero, foi criada pelo conhecido escultor mineiro Amilcar de Castro para marcar o início dos trabalhos da Constituinte Mineira, tendo sido instalada, em 1988, no Hall das Bandeiras, na Praça da Assembleia.

O mural de azulejos *Da descoberta do Brasil ao ciclo mineiro do café*, da artista plástica Yara Tupynambá, data de 1973 e mostra a saga do desbravamento e a colonização de Minas Gerais. O mural foi inicialmente instalado no PI onde antes funcionava o restaurante, no 2º andar (o restaurante, posteriormente, deu lugar a gabinetes parlamentares), e, em 2012, foi transposto para a Galeria de Arte, onde tem mais visibilidade e fica mais bem preservado.

Por fim, um exemplar da árvore pau-brasil, reconhecida como árvore nacional, foi plantado no Hall das Bandeiras, em 1998, tendo sido tombado em razão da relevância dessa espécie, que remete às nossas origens, para a história do Brasil. Caso o exemplar tombado morra, deve ser substituído por outro.

6 – Conclusão

As constantes mudanças de endereço do Parlamento mineiro desde 1835 até a inauguração do PI, as quais buscamos reconstituir no presente texto, permitem perceber a importância da construção de uma sede própria para o Legislativo estadual e quão antiga e urgente era essa demanda. E o PI não é simplesmente um prédio qualquer que abriga a Assembleia. Ao contrário, é resultado de um projeto cuidadoso de criação de uma sede própria do Parlamento de Minas, uma sede que foi pensada desde sua concepção para não ser, nas palavras dos arquitetos que a planejaram,

> nem um simples prédio de escritórios que glorifique a função burocrática em prejuízo da função legislativa, nem um edifício excessivamente pomposo que o público se acanhe de frequentar (CONCURSO..., 1963).

A intenção dos arquitetos Richard Kohn e Pawel Liberman pareceu preconizar o que aconteceria na Assembleia pouco mais de 20 anos depois, a partir da preparação do processo constituinte. A criação de mecanismos de participação popular na atividade legislativa, uma antiga demanda da população, aproximou os cidadãos da Assembleia de forma inédita.

O PI tornou-se um lugar importante de manifestações políticas, sociais e culturais na cidade, e ganhou espaços que viabilizam a implementação de novos canais de comunicação com a sociedade, concretizando a intenção de Liberman e Kohn de que se tornasse uma expressão das tradições democráticas do Estado.

7 – Referências

ARAÚJO, Maria Marta. **Bello Horizonte:** bilhete postal. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 203 p. (Coleção Otávio Dias Filho).

ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS DA ESCOLA DE FARMÁCIA DE OURO PRETO. **Fotos.** Facebook, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/ufop.aseefar/photos/pcb.1251595208323751/1251589374991001/>. Acesso em: 2 dez. 2021.

BAHIA, Denise Marques. A arquitetura, o modernismo e a síntese das artes no Palácio da Inconfidência: os bens móveis e os integrados como patrimônio histórico-cultural. In: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Catálogo de bens tombados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.** Belo Horizonte, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2012. p. 21-25.

BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. **Dossiê de tombamento:** Palácio da Inconfidência: Assembleia Legislativa de Minas Gerais: processo nº 01-058188-07-89. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2008.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Inventário de proteção do acervo cultural:** Praça Carlos Chagas: município de Belo Horizonte, MG. Belo Horizonte: Prefeitura, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 1.003 de 6 de agosto de 1959**. Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 50.000.000,00, destinado à construção do Palácio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, destruído por incêndio. Brasília, Câmara dos Deputados, 1959. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1205822>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm>. Acesso em: 19 out. 2021.

CARTÃO POSTAL: **Palácio dos Governadores.** Ouro Preto, MG. Leilão Iconografia Brasileira em Antigos Postais. Alberto Lopes leiloeiro. Disponível em: <https://www.albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=7206837>. Acesso em: 1 dez. 2021.

CONCURSO para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais: 1º prêmio: Richard Kohn e Pawel M. Liberman. **Acrópole**, *S*ão Paulo, n. 298, p. 281-285, ago. 1963. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1304/3/001304.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

DULCI, Otávio Soares. Breves considerações sobre a trajetória do Legislativo mineiro. In: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Catálogo de bens tombados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2012. p. 15-19.

ENTRADA do edifício não tem porta como convém para uma Casa do Povo. **Parlamento**, Porto Alegre, v. 3, n. 18, p. 10-11, mar. 1972. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/1535>. Acesso em: 12 ago. 2021.

FARIA, Maria Auxiliadora de; DULCI, Otávio Soares. **Diálogo com o tempo:** 170 anos do Legislativo mineiro. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2005.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **O que é tombamento?** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/perguntas Frequentes?categoria=9>. Acesso em: 25 out. 2021.

KIRJNER, Salomão. Como o Palácio da Inconfidência, comissões sofreram modificação. **Parlamento,** Porto Alegre, v. 3, n. 18, p. 6-9, mar. 1972. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/1597> Acesso em: 12 ago. 2021.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Concurso de anteprojetos do Palácio da Inconfidência:** sede da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1962. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/277>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Catálogo de bens tombados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2012.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Tour virtual.** Disponível em: <https://www.almg.gov.br/a_assembleia/tour_virtual/index.html>. Acesso em: 21 out. 2021.

MINAS GERAES. Congresso Mineiro. Projeto de organização da instrução pública. In: MINAS GERAES. Congresso Mineiro. **Annaes do Senado Mineiro:** sessão de 1892. Ouro Preto: Typ. J. P. de Paula Castro, 1892. p. 20. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/19111>. Acesso em: 19 out. 2021.

MINAS GERAES. Congresso Mineiro. 130ª Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados do Estado de Minas Gerais, em 14 de abril de 1892. In: MINAS GERAES. Congresso Mineiro. Câmara dos Deputados. **Annaes dos trabalhos da Camara dos Deputados do Estado de Minas Geraes.** Ouro Preto: O Movimento Trio do Carmo, 1892. p. 680. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/5008>. Acesso em: 19 out. 2021.

OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. **A Assembleia Provincial de Minas Gerais e a formação do Estado Nacional brasileiro, 1835-1845.** 2018. 319 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/27578>. Acesso em: 17 out. 2021.

OLIVEIRA, Myriam Costa de. Eventos institucionais e políticas públicas: trajetória e resultados. In: OLIVEIRA, Myriam Costa de (Org.). **A Assembleia de Minas e a construção coletiva de políticas públicas:** eventos institucionais, 1990-2009. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2009. 200 p.

PINTEREST (Brasil). **Caem Ouro Preto**. Disponível em: <https://pin.it/3RG7sB8>. Acesso em: 2 dez. 2021.

SEBASTIÃO, Walter. **Exposição em Ouro Preto reúne registros da vida cotidiana na cidade no século 19:** mostra em cartaz no Museu da Inconfidência desvenda a rotina dos fotógrafos da época. Uai Notícias, 19 mar. 2015. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2015/03/19/noticia-e-mais,165792/exposicao-em-ouro-preto-

reune-registros-da-vida-cotidiana-na-cidade-no.shtml>. Acesso em: 2 dez. 2021.

SILVEIRA NETO. Sedes do Senado. In: SILVEIRA NETO. **Instituições republicanas mineiras**. Lemi. Belo Horizonte, 1978. p. 86-88.

SOBREIRA, Fabiano; LEDES, Bárbara; MARTINS, Stefanie. Assembleia Legislativa de Minas Gerais: arquitetura, concursos e capital simbólico. In: ENANPARQ: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 5, 2018. Salvador. **Anais.** Salvador, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2018. Disponível em: <https://fabianosobreira.files.wordpress.com/2018/10/fabiano-sobreira-v-enanparq-artigo-2018.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

Recebido em 17/12/2021
Aprovado em 30/3/2022

Apêndice: Cronologia das sedes do Legislativo mineiro (de 1835 aos dias atuais)

Para elaborar a cronologia a seguir, consultamos o livro *Diálogo com o tempo: 170 anos do Legislativo mineiro e* os artigos "Breves considerações sobre a trajetória do Legislativo mineiro", do *Catálogo de bens tombados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais*, e "Sedes do Senado", do livro *Instituições republicanas mineiras.* Também consultamos, *on-line,* a tese de doutorado *A Assembleia Provincial de Minas Gerais e a formação do Estado Nacional brasileiro, 1835-1845;* os Anais do Senado Mineiro e da Câmara dos Deputados de Minas Gerais; e o artigo "Entrada do edifício não tem porta como convém para uma Casa do Povo", da *Revista Parlamento*. Informamo-nos, ainda, por meio do *Dossiê de tombamento do Palácio da Inconfidência*, disponibilizado pela Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Todas essas fontes foram citadas nas referências bibliográficas do presente texto, com o *link* para o acesso digital, quando este foi o meio de consulta utilizado.

Apesar de termos pesquisado, durante aproximadamente três meses, a localização das sedes do Legislativo mineiro desde 1835 até a mudança definitiva para o Palácio da Inconfidência, ainda existem lacunas na cronologia. Não conseguimos descobrir todos os endereços em Ouro Preto, por exemplo. E, em alguns casos, tanto em Ouro Preto quanto em Belo Horizonte, descobrimos o local, mas não pudemos saber a data exata em que o Legislativo funcionou ali.

1. Assembleia Provincial (1835/1889):

1.1. Prédio do atual Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, na Praça Tiradentes (na época, a edificação abrigava o Palácio dos Governadores, e a Praça Tiradentes se chamava Praça da Independência).

Prédio da Assembleia Provincial, onde hoje funciona o Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas, em Ouro Preto.



Fonte: CARTÃO POSTAL: Palácio dos Governadores. Ouro Preto, MG. Leilão Iconografia Brasileira em Antigos Postais. Alberto Lopes leiloeiro. Disponível em: <https://www.albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=7206837>. Acesso em: 1 dez. 2021.

1.2. Prédio localizado no espaço hoje ocupado pelo Centro Acadêmico da Escola de Minas (Caem), na Praça Tiradentes (o casarão da Assembleia parece ter sido demolido ou amplamente reformado, pois o imóvel que está hoje em seu lugar é muito diferente).

Prédio da Assembleia Provincial, no lugar onde fica atualmente o Caem, em Ouro Preto.



Fonte: PINTEREST – Brasil. Caem Ouro Preto.
Disponível em: <https://pin.it/3RG7sB8>. Acesso em: 2 dez. 2021.

2. Congresso Mineiro (1891/1930):

Em 1891, o órgão que reunia Câmara e Senado instalou-se no casarão onde futuramente funcionaria a Escola de Farmácia, na esquina das Ruas Costa Sena e Manoel Cabral, em Ouro Preto. Após a promulgação da Constituição, ainda em 1891, Senado e Câmara passaram a ocupar espaços diferentes em Ouro Preto, reunindo-se numa mesma sede posteriormente, já em Belo Horizonte.

Prédio onde funcionou o Congresso Mineiro, em Ouro Preto, e onde hoje funciona o Museu da Farmácia.



Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS DA ESCOLA DE FARMÁCIA DE OURO PRETO. Fotos. Facebook, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/ufop.aseefar/photos/pcb.1251595208323751/1251589374991001/>. Acesso em: 2 dez. 2021.

3. Senado mineiro:

3.1. Em 1891, passou a funcionar no prédio da câmara municipal, na Praça Tiradentes, em Ouro Preto.

Senado mineiro, no prédio da Câmara Municipal de Ouro Preto (casarão à direita).



Fonte: SEBASTIÃO, Walter. Exposição em Ouro Preto reúne registros da vida cotidiana na cidade no século 19: mostra em cartaz no Museu da Inconfidência desvenda a rotina dos fotógrafos da época. Uai Notícias, 19 mar. 2015. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2015/03/19/noticia-e-mais,165792/exposicao-em-ouro-preto-reune-registros-da-vida-cotidiana-na-cidade-no.shtml>. Acesso em: 2 dez. 2021.

3.2. Prédio localizado no espaço hoje ocupado pelo Centro Acadêmico da Escola de Minas (Caem), na Praça Tiradentes, em Ouro Preto.

3.3. Em 1898, já em Belo Horizonte, mudou-se para o salão da Secretaria da Agricultura, posteriormente Secretaria de Viação e Obras Públicas (o "prédio verde" que atualmente integra o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade).

3.4. Imóvel na confluência da Avenida Afonso Pena com Ruas da Bahia e Tupis, onde, nos anos 1970, se instalaria o Othon Palace Hotel.

3.5. Palacete de linhas sóbrias construído na Avenida João Pinheiro, que posteriormente passaria a abrigar a Pagadoria do Estado e onde atualmente se localiza o Museu Mineiro.

3.6. Casarão da então Praça da República (atual Praça Afonso Arinos).

Prédio do Congresso Mineiro, na Praça da República (Senado e Câmara ocuparam juntos esse espaço entre 1905 e 1930).



Fonte: ARAÚJO, Maria Marta. Bello Horizonte: bilhete postal. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 203 p. (Coleção Otávio Dias Filho).

4. Câmara dos Deputados:

4.1. De 1897 a 1905, ocupou o imóvel na confluência da Avenida Afonso Pena com Ruas da Bahia e Tupis, onde o Senado havia funcionado.

Prédio da Câmara dos Deputados, na confluência das Ruas da Bahia eTupis com Avenida Afonso Pena, onde posteriormente foi construído o Othon Palace Hotel.



Fonte: ARAÚJO, Maria Marta. Bello Horizonte: bilhete postal. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 203 p. (Coleção Otávio Dias Filho).

4.2. Em 1905, juntou-se ao Senado no casarão da atual Praça Afonso Arinos, onde permaneceram até 1930.

5. Assembleia Legislativa (1935/1937 e 1947 aos dias atuais):

5.1. Após ficar fechado entre 1930 e 1935, o Legislativo voltou a funcionar no casarão da atual Praça Afonso Arinos, entre 1935 e 1937.

5.2. Após ficar novamente fechada, dessa vez por dez anos, a Assembleia reabriu em 1947 em um prédio em estilo *art déco* de dois andares na Rua dos Tamoios, entre as Ruas Rio de Janeiro e São Paulo, que anteriormente havia sido sede da Casa D´Itália.

Prédio da Assembleia, na Rua dos Tamoios, antiga Casa D´Itália.



Fonte: ARAÚJO, Maria Marta. Bello Horizonte: bilhete postal. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 203 p. (Coleção Otávio Dias Filho).

5.3. Em 1954, voltou ao casarão da atual Praça Afonso Arinos, mas o imóvel foi destruído por um incêndio em 1959.

5.4. Em 1959, retornou ao prédio da Rua dos Tamoios.

5.5. Em 1972, instalou-se no Palácio da Inconfidência, sua primeira sede própria, localizado na Rua Rodrigues Caldas, 30, no Bairro Santo Agostinho.

Palácio da Inconfidência, sede da Assembleia de Minas desde 1972.



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tour virtual.
Disponível em: <https://www.almg.gov.br/a_assembleia/tour_virtual/index.html>.
Acesso em: 2 dez. 2021.